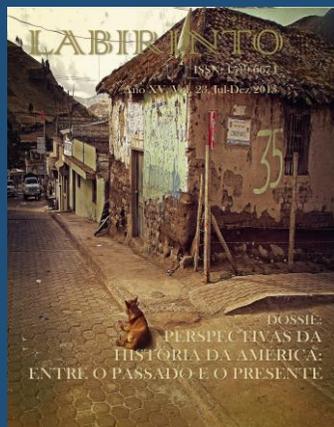


UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR  
DE ESTUDO E PESQUISA DO  
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ANO XV  
VOLUME 23  
(JUL-DEZ)  
2015  
PP. 6-21.

## **A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A COOPERAÇÃO COM A VENEZUELA** (BRAZILIAN FOREIGN POLICY AND COOPERATION WITH VENEZUELA)

ADRIANA IOP BELLINTANI

*Doutora em História Pela Universidade de Brasília*

*Professor na Universidade Federal de Roraima*

*adrianaiopb@yahoo.com.br*

ANDREZA DE MELO LIMA

*Mestranda em Desenvolvimento Regional da Amazônia (UFRR)*

*andreza.dandy@gmail.com*

**RESUMO:** Este artigo versa sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela, ao analisar o cenário político internacional. Considera a ordem global de integração regional e a formação de áreas de cooperação, na América Latina, e a política externa posta em prática pelo governo brasileiro. Para tal, é posta em voga a história venezuelana e o pouco grau de interação entre Brasil e Venezuela antes dos governos Lula e Dilma Roussef. O estudo da recente aproximação político-econômica destes dois países na atual conjuntura é importante para compreender o objetivo das ações governamentais e o grau de institucionalização destas políticas na cooperação sul-americana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil; Venezuela; Cooperação.

**ABSTRACT:** This article deals with bilateral relations between Brazil and Venezuela, to analyze the international political scene. It considers the global order of regional integration and the formation of areas of cooperation, in Latin America, and the foreign policy implemented by the Brazilian Government. To this end, is considered the Venezuelan history and the few interaction between Brazil and Venezuela before the

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A COOPERAÇÃO COM A VENEZUELA, DE ADRIANA IOP BELLINTANI  
E ANDREZA DE MELO LIMA

Government Lula and Dilma Roussef. The study of the recent political-economic approach of the two countries in the current economic scenery it is important to understand the purpose of government action and the level of institutionalization of these policies in South American cooperation.

**KEYWORDS:** Brazil; Venezuela; Cooperation.

O colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria foi uma das mais importantes mudanças geopolíticas na política internacional após a Segunda Guerra Mundial. A nova ordem global gerou extensiva institucionalização no sistema internacional, principalmente aumentando o leque de organizações regionais.

O foco das novas instituições está baseado na cooperação, de acordo com os regimes internacionais e as organizações formais. Como a cooperação não garante perdas e ganhos iguais entre os parceiros, há necessidade de estudos aprofundados nas áreas onde serão realizadas as negociações.

A política externa brasileira, no decorrer do século XX, oscilou entre o globalismo e o americanismo, ou seja, diversificou parceiros ou teve seu eixo centrado nos Estados Unidos. No período da Ditadura Militar, houve alinhamento ideológico com o governo norte-americano e posteriormente ocorreu um globalismo que perdurou justamente até a década de 90, quando ocorreu a grande mudança da ordem internacional.

Na década de 90 a diplomacia brasileira almejou autonomia, desenvolvimento econômico e modernização. Os conceitos se redefiniram e ocorreu a crise dos paradigmas, acima citados. Mas como manter

a autonomia pela participação? Quem limita os ganhos relativos e absolutos do Estado?

Neste novo momento, a autonomia pela participação ocorreu pela cooperação baseada no institucionalismo. As instituições limitavam os ganhos relativos e absolutos. A política externa brasileira, em seu novo modelo, desenvolveu as relações bilaterais e multilaterais baseadas na cooperação. Nesta perspectiva, o maior nível de institucionalização garantia maior legitimidade às posições estabelecidas.

Logicamente a política externa brasileira, através da cooperação, passou a defender seus interesses, pois, com mais vantagens de cooperação intra-regional e internacional e mais interdependência, maiores eram os ganhos do Estado. Os interesses podem variar de acordo com o contexto e período histórico, mas as ideias institucionalizadas têm caráter duradouro, capazes de transcender gerações e governos.

A cooperação intra-regional destacou-se com um projeto já em atividade desde os anos 60 que adquiriu maior fôlego após a década de 90. A nova forma de inserção internacional e a defesa dos interesses do Estado passaram obrigatoriamente as tentativas de integração latino-americana.

### A COOPERAÇÃO DO BRASIL NA AMÉRICA LATINA

A integração regional é um processo dinâmico que se intensifica à medida que as relações entre os atores adquirem maior profundidade e se estendem aos mais variados campos. A integração surgiu primeiramente como área de livre comércio, como união aduaneira e estabeleceu um mercado comum entre os integrantes do bloco.

Na nova configuração global, um Estado não responde isoladamente, pois está inserido em determinado espaço regional e ocorre a proliferação de polos regionais de negociações. A primeira etapa da globalização é a regionalização.

À medida que o bloco atinge seus primeiros objetivos no campo econômico e político, a tendência é que ocorra uma aproximação cultural entre os Estados, que configure, inclusive uma identidade cultural regional. Nesta medida, a integração regional tornou-se importante pauta da agenda internacional brasileira, que culminou em 2008, com a criação da União das Nações Sul Americanas (UNASUL).

As tentativas de integração na América Latina datam da década de 60, quando foi constituída a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio

(ALALC), formada por Argentina, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Na década de 70 passaram a fazer parte do bloco Colômbia, Bolívia, Venezuela e Equador.

Em 1980 a ALALC deu origem a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), considerada o maior grupo integrado na região, composta pelos seguintes Estados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Ainda na década de 80, o governo brasileiro, presidido à época por José Sarney, entendendo a necessidade de integração, assinou com o governo argentino de Raul Alfonsín a Declaração de Iguazu para formalizar a cooperação econômica no Cone Sul. Deste primeiro movimento em direção à integração surgiu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O Mercosul foi instituído em 1991, através do Tratado de Assunção, reunindo neste bloco Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Para seus integrantes, representou uma maneira de fortalecimento no cenário latino-americano e mundial. Apesar das crises existentes em virtude da desvalorização monetária no Brasil e de recessão mundial, o Mercosul figurou como alternativa

viável para enfrentar as dificuldades e estreitar laços com os países vizinhos.

Devido a questões de política interna no Paraguai, este ficou suspenso do bloco e desta forma foi possível à Venezuela ingressar no Mercosul. A Venezuela foi impedida de aderir como membro pleno do Mercosul devido ao veto do Paraguai, mas estando o Paraguai temporariamente suspenso, a Venezuela e o bloco aproveitaram o oportuno momento.

A Venezuela tem singular importância para o Mercosul devido ao seu principal produto exportador: o petróleo; e se interessa, em contrapartida, pela pauta de exportação dos países do bloco: produtos agropecuários. A política externa do governo venezuelano combate o unipolarismo e defende a cooperação entre as nações. Assim, pretende avançar com uma diplomacia petroleira através de programas como Petrosur, Petrocaribe e Petroamérica, na perspectiva de fazer uma integração aos moldes bolivarianos, construir uma ordem multipolar e lutar contra o imperialismo norte-americano.

Cabe ressaltar que, apesar do discurso anti-americanista venezuelano, os Estados Unidos mantêm importância econômica entre muitos países latino-americanos, inclusive a Venezuela, como bem afirma

Almeida: “o fato é que os países da região estão quase todos unidos informalmente por uma rede de acordos comerciais de liberalização econômica que tem no seu centro os Estados Unidos” (ALMEIDA, 2012, p. 192)

Para o Brasil, em virtude do petróleo, a Venezuela é um importante parceiro e as relações entre ambos se estreitaram no final do século XX, e principalmente no início do século XXI. A entrada da Venezuela no Mercosul contribuiu para maior enlace entre os países e abriu as portas para novas negociações e realização de acordos e projetos.

#### **A POLÍTICA VENEZUELANA NO SÉCULO XX**

A história da República Bolivariana de Venezuela decorreu de um alto índice de mudanças políticas em espaços relativamente pequenos de tempo. O século XX foi um exemplo desse processo, pois revelou que ditadura e a democracia<sup>ii</sup> tiveram grande representação dentro do país, marcadas principalmente pelo advento do petróleo.

Autores como Betancourt (2007), Ellner (2011) e Schael (2011) comentam que não se entende a Venezuela de hoje sem se compreender a importância do petróleo na consolidação política nacional, ainda que

em modelos administrativos diferentes; e também, de forma reversa, não se entende o uso petrolero sem se conhecer as políticas de cada período.

Assim, se fez necessário mencionar, ainda que brevemente, os períodos políticos venezuelanos no século XX que modelaram o país e o projetaram internacionalmente. O período ditatorial que iniciou em 1899 com Cipriano Castro e terminou com Isaías Medina Angarita em 1945, o petróleo teve uma participação distinta dos períodos posteriores.

No início desses 47 anos de ditadura o país tentava definir modelo de exploração do petróleo e minimizar a falta de conhecimento a respeito das potencialidades do mesmo, bem como administrar a escassez de tecnologias para utilizá-lo, fato que levou à entrada de empresas britânicas e estadunidenses na Venezuela.

Betancourt (2007) afirma que durante a ditadura de Juan Vicente Gómez de 1909 a 1935, quando os ingleses entraram no país, novas ações foram tomadas e novas medidas foram adotadas para beneficiar os envolvidos no setor petrolero. Inicialmente, empresas inglesas começaram a comprar locais já semiestruturados e a partir daí reduziam seus custos. Entretanto, ao conhecerem as leis que regiam os meios

de exploração, mantiveram-se cautelosos a fim de evitar que burocracias públicas interferissem nos planos privados.

Esse é apenas um exemplo de como o período ditatorial entendia os benefícios do petróleo. Outra característica desse momento foi a liberdade dada aos empresários estrangeiros a fim de que eles próprios escrevessem a lei petrolera do país, erro grave que custou à Venezuela a perda de sua autonomia e subjugou-a aos mandos e desmandos externos.

Quando Rómulo Betancourt, do partido *Acción Democrática* (AD) assumiu o poder em 1945 (primeiro mandato), findou o período ditatorial e instaurou-se o democrático. Entretanto, devido às constantes e fortes ameaças de possíveis tentativas de golpe, firmou em 1958, junto com outro partido democrático<sup>iii</sup> da Venezuela, um acordo de conciliação e de revezamento das elites no poder. Esta aliança foi denominada *Pacto de Punto Fijo*<sup>iv</sup>.

Através deste pacto, os *puntofijistas* permaneceram no poder por 40 anos, sem sofrer incursões de outros partidos, pois todos os demais estavam abrigados em posições de menor projeção no governo, como forma de conter quaisquer iniciativas contra o modelo. Porém, Trenado (2007) afirma que a

proposta governamental que visava o desenvolvimento econômico teve suas fragilidades expostas a partir da repentina desvalorização do Bolívar em 1983, como consequência da queda do preço do petróleo.

Essa desvalorização, conhecida como *Viernes Negro*, foi fruto de uma medida econômica adotada por Luis Herrera Cámpins a fim de conter a inflação. A volatilidade econômica que a Venezuela teve durante o século XX em muito dependeu da forma como o Estado administrou os seus recursos petrolíferos.

Esse contexto analisado mais a fundo revela que houve um acúmulo de erros que, associado à crise econômica em voga naquele período, fizeram com que os *puntofijistas* começassem a perder o prestígio, acarretando a formação de novos grupos que rejeitavam o controle político centralizado. Assim, “*el impulso de la reforma política de los años 80 y 90, con su crítica al sistema existente, estableció el escenario para las transformaciones promovidas por el gobierno de Chávez*” (ELLNER, 2011, p.110).

Foi assim que iniciou-se o processo de mudança da segunda metade do século XX. O *Pacto de Punto Fijo* começou a se desgastar na década de 1980, pois a administração estatal não conseguiu evitar que as

consequências da crise levassem o país a um nível de precariedade econômica exacerbado.

Enquanto a Venezuela enfrentava suas dificuldades internas, o mundo passava por mudanças polarizadas, bem representadas durante o período da Guerra Fria. Na percepção de Visentini (2008), a *détente* resultou em um processo de multilateralização das relações internacionais levando o mundo a se readequar ao sistema em vigor.

A mudança no cenário possibilitou uma projeção maior dos países da América Latina, que começaram a se unir diante de perspectivas globais, em busca de autonomia e consolidação da sua imagem pacifista, ou seja, a reinserção internacional da América Latina foi fortalecida.

Hobsbawm (1995) fala das mudanças nos governos e estilos de administração estatal em países socialistas e do novo sistema constitucional, mostrando que o principal obstáculo para a sua transformação era a reintrodução de aspectos capitalistas. Pecequillo (2009) também é partidária desse pensamento quando fala que nas duas últimas décadas do século XX as políticas internacionais sofreram transformações intensas e complexas, fato expresso nos avanços e retrocessos que vários Estados vivenciaram.

Entre esses processos, pode ser citada a diversidade de acordos multilaterais que passou a fazer parte das agendas estatais. O índice de tratados em âmbito regional visando o fortalecimento dos Estados de forma conjunta em setores específicos, passou a fazer parte do novo modelo de articulação político-econômico mundial. No caso da Venezuela, houve aproximação com outros Estados, entre eles o Brasil, por meio de cooperação em vários setores.

#### **A POLÍTICA VENEZUELANA NO SÉCULO XXI**

O século XXI inicia com mudanças políticas na Venezuela. Hugo Chávez (1954-2013) chegou ao poder em 1999, prometendo mudanças estruturais no país. Em seu discurso, ele defendia as classes menos privilegiadas e condenava a ação imperialista opressora norte-americana em seu país e na América Latina.

Chávez pregava que a Venezuela devia conhecer seu passado e erros históricos para mudar o presente e prevenir a repetição dos mesmos equívocos. Em sua obra, Frías (2014) mostrava que não existiam mais alternativas para a Venezuela, dentro do modelo que estava vigente.

Ao anunciar uma nova era, com bandeira bolivarianista, dizia enfrentar a manipulação e deixar o “modelo rentista” petrolero. Ele almejava o desenvolvimento nacional socialista pelo controle da produção de petróleo.

O sistema “EBR” expressa o propósito real de política governamental “inovadora” para a Venezuela e a importância do processo revolucionário para tal. O fundamento de Chávez pauta-se na ruptura com o modelo dominante do *Pacto de Punto Fijo*, que politicamente sobrepôs o individualismo em detrimento do coletivo. Assim, criou o Projeto Nacional Simón Bolívar que “[...] propôs a fixação de um horizonte de tempo máximo de vinte anos, a partir do começo das ações transformadoras de situação inicial para que os atores e as ações [situassem-se] no objetivo estratégico” (FRÍAS, 2014, p. 52 – grifo nosso).

Frías (2014) visava também a ampliação dos poderes e sua proposta previa a implantação de cinco instâncias políticas: Executivo, Legislativo, Judicial, Eleitoral e Moral. Para isso, adotou uma postura interna voltada principalmente ao setor social, e no setor externo, atuou com mais projeção, utilizando-se sempre de mecanismos de cooperação bilaterais e multilaterais,

a fim de fortalecer as parcerias já existentes e criar novos aliados principalmente no setor econômico.

Ainda que Chávez tenha resistido ao rentismo através de seus discursos, a história política e petroleira do país durante todo o século XX mostra que a Venezuela não só foi como ainda se mantém um país rentista. Sua política externa sempre se voltou à outros Estados também produtores de petróleo, visando a venda de seu produto. Entretanto, o governo percebeu que precisava verticalizar suas relações comerciais com países centrais (ricos e influentes no cenário internacional) como é o caso dos EUA, seu principal comprador na atualidade (SALMERÓN, 2013).

Até o primeiro mandato de Chávez, havia um alinhamento da Venezuela com os EUA, porém Chávez sentiu que se esse vínculo continuasse por mais tempo, a soberania venezuelana estaria irremediavelmente a mercê da potência estadunidense. Hitner (2012) alega que, apesar do discurso anti-imperialista de Chávez, os Estados Unidos são o principal parceiro comercial da Venezuela, pois o *Informe de Gestión* da empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) de 2008, afirma que 60% da produção de petróleo é exportada para os norte-americanos.

A percepção dessa ameaça se agravou em abril de 2002 durante o golpe de Estado que retirou Chávez do poder por 48 horas. Esse acontecimento levou o presidente a reelaborar sua política externa e a dar prioridade à relação com o Brasil e com os demais países sul-americanos. Tal parceria ocorreu devido à necessidade venezuelana de legitimar-se neste espaço geográfico. Segundo Hitner, outra justificativa para a integração foi que,

*Durante el gobierno de Chávez, principalmente después del golpe sufrido en el 2002 [...] la necesidad de búsqueda de nuevos socios comerciales se hizo apremiante. Además de eso, ese contexto interno aumentó la necesidad de legitimación regional e internacional por parte de Venezuela, favoreciendo la rigidez en la política exterior. Nuevas sociedades con países no tradicionales se establecieron [...] en la sociedad venezolana; América del Sur, de simple circunstancia geográfica, se convirtió*

*en su principal espacio de legitimación. La relación con Brasil pasó a ser necesaria y prioritaria. Paralelamente a eso, Brasil vivió un período de transición con la elección del gobierno de Lula (2003–2010), que permitió una mayor aproximación ideológica a su vecino y el establecimiento de reuniones periódicas entre los mandatarios de ambos países que elevaron las relaciones entre esos [...] a un nuevo nivel, marcando la agenda entre ambos países con relaciones duales que, si bien por un lado, siguen las pautas tradicionales, por otro, traen al juego político nuevos temas y actores. La agenda bilateral, que antes le daba prioridad a los asuntos fronterizos, pasó a ser pautada por la necesidad de cooperación para el desarrollo conjunto de los países (2012, p. 29-30).*

Após diversas conversas e reuniões entre chefes de Estado, deveriam surgir propostas de cooperação,

mas esse processo se deu ao contrário em vários setores. Um deles foi a própria *Petroamérica*<sup>vi</sup>. Dentro desta, se estabeleceu a *Petrosur*, que foi lançada como proposta para fomentar o diálogo integracionista entre os membros do Mercosul, sem uma discussão prévia das implicações que a mesma possui.

O que explica as ações de Chávez nesse setor é a forma como o mesmo utiliza-se do petróleo como promotor de sua política externa. A Venezuela tem a maior reserva petrolífera da América do Sul, fator de projeção no cenário regional, mas só será reconhecida, se for capaz de alargar sua influência. Aparentemente, a melhor forma de fazê-lo é criando parcerias estratégicas com países em desenvolvimento e com grande potencial de negociação como o Brasil. O Brasil possui relações tradicionais com a Venezuela e neste componente político a cooperação é fruto de uma simpatia do atual governo brasileiro pela nação venezuelana.

#### **BRASIL E VENEZUELA: ZONAS DE COOPERAÇÃO**

Os séculos XIX e XX mostram historicamente que relações de aproximação entre o Brasil e a Venezuela foram quase inexistentes. Hitner (2012) mostra que a

crise do petróleo ocorrida na década de 1980 pode ser considerada como um marco aprofundador desse distanciamento entre ambos.

Para a autora, o processo de construção dessa aproximação só ocorreu no final do século XX a partir de dois momentos distintos. O primeiro deles, na década de 90, através do marco de aproximação denominado *Protocolo de Guzmanía*<sup>vii</sup>, no qual se estabeleceu um acordo bilateral<sup>viii</sup> entre Brasil e Venezuela em 1994, promovido pelos presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco.

O segundo momento se caracteriza pela chegada de Hugo Chávez ao poder e por sua aproximação com Luís Inácio Lula da Silva. Ambos foram beneficiados por uma nova conjuntura política que criou tendências de aproximação entre os países. Ou seja, a multipolaridade criada depois da queda do muro de Berlim contribuiu sobremaneira para essa aproximação, principalmente por meio do Mercosul, do qual neste período a Venezuela não fazia parte.

As propostas de cooperação bilateral entre Brasil e Venezuela abarcam vários setores de prestação de serviço, como é o caso do setor de telecomunicações. Entretanto, de acordo com Fuccille (2007), a assinatura do memorando de entendimento e cooperação entre

Petrobrás e PDVSA foi o primeiro passo para a construção de futuros projetos de parceria entre empresas petrolíferas estatais.

Outros setores beneficiados em agosto de 2010 por essa aproximação entre Lula e Chávez foram, segundo Severo (2010), o da “agricultura, finanças públicas, relações fronteiriças, projetos sociais, tecnologia e geração de energia elétrica”. Nesta data, um novo pacote contendo 27 convênios bilaterais foi ratificado pelos presidentes do Brasil e da Venezuela.

Entre estes, está a proposta de se desenvolver um distrito de produção automotivo a ser implantado na região fronteira destes países; e uma ata de compromisso entre o Banco da Venezuela e a Caixa Econômica Federal visando atender as demandas da população fronteira, popularizando assim a abertura de contas bancárias.

Não obstante, firmou-se um acordo que prevê a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) nos estudos de sementes para fins de produção. Também houve a implementação de planos conjuntos que visem à erradicação da febre aftosa, pois assim o setor agropecuário tomaria um novo impulso rumo ao desenvolvimento.

Este pacote de acordos complementa o anterior, firmado em abril de 2010 e que visava “desde o fornecimento de tecnologia para aprimoramento da produção de milho, soja e carne até uma carta de intenções que se destina à questão dos sobrevoos nos dois países” (SEVERO, 2010).

Além de parcerias com a Caixa Econômica Federal e com a EMBRAPA, foi firmado um acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que visava a, por meio de estudos, subsidiar as políticas públicas no país e aprofundar estudos desenvolvimentistas que se apliquem à região fronteira de ambos os Estados.

A integração energética regional entre os países ocorre desde 2006, para sanar os problemas de falta de energia em Roraima, no norte do Brasil. O acordo foi firmado entre a Eletronorte do Brasil e a Edelca da Venezuela. A hidrelétrica de Guri é de extrema importância para Roraima, pois é a energia elétrica importada da Venezuela que permite o funcionamento energético local.

Em 2012, Hugo Chávez assinou contrato de compra de 20 aeronaves E-190, da Embraer pela estatal venezuelana Conviasa, num valor aproximado de 1,8

bilhão de reais. Esta compra marca o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Além de acordos de importação e exportação de produtos, o Brasil, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), financia algumas obras de infraestrutura na Venezuela, tais como: Linhas de metrô em Caracas, uma Ponte no Rio Orinoco, o estaleiro para construção, reparo e manutenção de embarcações e a uma Usina Siderúrgica Nacional avaliada em mais de oitocentos milhões de dólares.

Na visão do governo brasileiro, estes financiamentos se justificavam devido à exportação de bens e serviços nacionais, principalmente por parte das empreiteiras brasileiras que vendem seus produtos no exterior. Mas como um país que carece de investimentos em infraestrutura, como o nosso, pode financiar essas obras no exterior? Principalmente em um momento de crise econômica? O governo brasileiro realiza os investimentos para executar sua agenda de política externa e a cooperação e a integração com a América Latina? Ou, então, ocorre um consenso governamental de investir apenas em países governados por camaradas que congregam com sua postura ideológica?

A integração regional faz parte da agenda brasileira, mas neste momento de crise econômica os investimentos realizados no exterior marcam a prioridade dado pelo governo brasileiro as questões político-ideológicas acima da situação econômica. Atualmente o Brasil não possui recursos para defender uma liderança regional e manter sua política externa baseada na diplomacia da generosidade.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vínculos vivenciados entre Brasil e Venezuela no último decênio são significativos, considerando a projeção regional desses países ao criar mecanismos integracionistas capazes de beneficiar o bloco econômico. Os acordos estabelecidos favorecem o lado brasileiro, mas ao mesmo tempo apresentam implicações, como por exemplo, a capacidade brasileira de fomentar pesquisas, gerar tecnologias e treinar os venezuelanos para o uso das mesmas, ato que não pode ser suprido pelo próprio governo venezuelano.

Os acordos bilaterais executados entre ambos são oportunos e se complementam, à medida que a Venezuela carece de produtos alimentícios e o Brasil de produtos energéticos. Mas a efetiva aproximação das

agendas de política externa ocorre em virtude do alinhamento ideológico de seus governos.

A aproximação político-ideológica transcende os objetivos integracionistas, como o Mercosul e a Unasul, e o superávit na balança comercial, pois acordos e investimentos que por vezes representam perda econômica passam a significar ganho político e o fortalecimento dos elos esquerdistas na América Latina.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações internacionais e política externa do Brasil:** a diplomacia brasileira no contexto da globalização. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BETANCOURT, R. **Venezuela, política y petróleo.** 6 ed. Caracas: Edición conjunta Academia de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Católica Andrés Bello, Fundación Rómulo Betancourt, 2007.

DINIZ, Eli (Org). **Globalização, Estado e desenvolvimento:** dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ELLNER, S. **Él fenómeno Chávez:** sus orígenes y su impacto. Fondo Editorial Tropykos: Caracas, 2011.

FRÍAS, H R. C. **O livro azul.** Recife: Bagaço, 2014.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PECEQUILO, C. S. **Manual do candidato:** política internacional. Brasília: FUNAG, 2009.

SALMERÓN, V. **Petróleo y desmadre:** de la gran Venezuela a la Revolución Bolivariana. Caracas: Editorial Alfa, 2013.

SCHAEL, M. S. P. **Petróleo, cultura y poder en Venezuela.** 2 ed. Caracas: Los Libros de El Nacional, 2011.

VISENTINI, P. G. F. **História do mundo contemporâneo:** da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008.

BORBÓN, J. A. El ALBA, Petrocaribe y Centroamérica: ¿interesses comunes? Nueva Sociedad, n. 219 –

Enero/Febrero, 2009. pp. 127-144. Disponível em: [www.nuso.org](http://www.nuso.org) Acessado em 20 de junho de 2013.

FUCCILLE, L. A. **Brasil e Venezuela no tabuleiro geopolítico:** cooperação e competição no subcontinente. Santa Catarina: Arquivo Ana Lagoa da UFSCar, 2007. p. 1-22. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Fuccille%2023-08-07.pdf>. Acessado em 25 de outubro de 2014.

HITNER, V. Balance de las relaciones político-diplomáticas entre Brasil y Venezuela en el período de 2003 a 2011. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo.** v.7. n.14. Julio-diciembre 2012. pp. 27-52. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/36930> Acessado em 30 de setembro de 2014.

MENDES, Marcos. Faz sentido o BNDES financiar investimentos em infraestrutura em outros países? In: **Instituto Braudel:** Brasil: economia e governo. Disponível em: <http://www.brasilekonomiagoverno.org.br/2014/04/16/faz-sentido-o-bndes-financiar-investimentos-em->

infraestrutura-em-outros-paises/ Acessado em 19 de agosto de 2015.

SEVERO, R. Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Portal EBC. Agência Brasil. Internacional. **Lula e Chávez assinam 27 acordos e convênios de cooperação.** Publicado em 06 de agosto de 2010. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-08-06/lula-e-chavez-assinam-27-acordos-e-convenios-de-cooperacao>. Acessado em 01 de novembro de 2014.

SEVERO, Luciano Wexell. **Relações Brasil-Venezuela seguem aquecidas. Um resumo das relações comerciais entre Brasil e Venezuela.** In: Blog Luis Nassif. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/um-resumo-das-relacoes-comerciais-entre-brasil-e-venezuela>. Acessado em 19 de agosto de 2015.

TRENADO, M. H. Venezuela: de la crisis del modelo de Punto Fijo al régimen Chavista. **Revista Nuestra América** n. 4 / agosto – diciembre, 2007. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2546/3/13-35.pdf>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2013.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 11/01/2016

Publicado em: 29/01/2016

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Crise política que atingiu o Paraguai no mês de junho de 2012, que culminou com o impeachment do presidente Fernando Lugo promovido pela Câmara dos Deputados.

<sup>ii</sup> Ainda que Hugo Chávez tenha assumido o poder no ano de 1999, o Socialismo do Século XXI só foi proposto no ano de 2005.

<sup>iii</sup> *Comité de Organización Política Eleitoral Independiente* (COPEI).

<sup>iv</sup> Acordo selado entre os partidos AD e COPEI que garantia o revezamento de ambos no poder; dessa forma evitavam que novos golpes de Estado ocorressem e mantinham a democracia no país.

<sup>v</sup> “E” de Ezequiel Zamora; “B” de Simón Bolívar; “R” de Samuel Robinson (Nome adotado por Simón Rodríguez quando estava na

Europa após ser deportado por ter conspirado junto à Espanha, contra o poder colonial em Caracas).

<sup>vi</sup> A Petroamérica surgiu em 2005 como consequência da assinatura do Acordo Energético de Caracas de 2001. Trata-se de um modelo de cooperação energética multilateral, que visa uma integração entre a Venezuela e os países da Comunidade Andina, do Caribe e da América do Sul.

<sup>vii</sup> Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade estabelecido entre Brasil e Venezuela em 1977.

<sup>viii</sup> Neste documento foram selados vários acordos de cooperação em áreas diversas. Maiores informações no site: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b\\_16/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_16/).